



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

01 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA-DF  
DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA  
POR OCASIÃO DO DIA DO TRABALHADOR

Brasileiros:

A proteção ao trabalhador, no Brasil, jamais foi maior do que hoje. Cresce continuamente o círculo dos favorecidos pela tutela que lhes garante o poder público. Aumentam, a todo tempo, as providências destinadas a proporcionar-lhes melhores condições de vida.

Nos últimos anos, a assistência prestada ao trabalhador rompeu o limite das zonas urbanas. Ultrapassou a região das povoações, vilas e cidades, para atingir também o trabalhador que lida na zona rural.

Credores de proteção, agora, são aqueles que vivem de salário ou vencimento, onde quer que se encontrem. Trate-se de prestador de trabalho manual, cuide-se de trabalhador intelectual, técnico ou científico, todos se acham intitulados aos benefícios da Legislação Social, nas suas diferentes formas.

Não importa aos trabalhadores apenas o salário. Importam, ainda, outras prestações de caráter social — alimentação, moradia, saúde, aposentadoria e pensão. O

salário, que pressupõe o emprego, é, todavia, o centro de gravidade do seu interesse. Vela o Governo, porisso, com especial energia, pela justiça salarial, por meio de sucessivos reajustamentos, o salário é mantido em nível que resguarde o poder aquisitivo do trabalhador. Amparam-se os que se acham no plano mais modesto de remuneração. Efetuam-se, por essa forma, necessária e significativa distribuição de renda.

Nem o nível de salário dos menos aquinhoados, nem a taxa de redistribuição se mostram, ainda, satisfatórios. O fundamental, porém, é que a política de valorização do trabalho ganha consistência.

Os seus horizontais se ampliam diante da vontade inabalável do Governo de caminhar no rumo da justiça social.

Bem sei que essa justiça, na sua plenitude, é um ideal difícil de atingir. Bem sei, ainda, que esse ideal envolve exigências, quer de natureza distributiva, quer de natureza contributiva, que gostaria de ter atendido, se outra fosse a nossa realidade econômica. Estou consciente, porém, do quanto nos temos aproximado desse ideal.

Respeito, quando bem intencionadas, as críticas à ação do Governo, nesse transcendente setor. Não vacilo em aceitá-las, quando portadoras de sugestões objetivas e viáveis. É preciso, no entanto, que os críticos, e outros interessados, avaliem o quanto estamos distantes do tempo em que a questão social era considerada um caso de polícia. É preciso reconhecer a crescente sensibilidade dos governantes para as reivindicações populares no campo social.

Não direi que as conquistas sociais, notadamente na área do Direito do Trabalho, tenham resultado de outorga do Legislador.

Mas não direi também que tais conquistas foram obtidas por via de pressão irresistível da classe trabalhadora. As vozes reivindicantes, impotentes, por si sós, para forçar o atendimento de suas pretensões, não deixaram de contribuir para que os nossos condutores políticos atentassem no caráter dramático da questão social, cujo rumor já se fazia ouvir em quase todo o mundo civilizado.

As novas gerações não têm idéia, ou não a têm exata, do progresso que está em curso, entre nós, na implantação da justiça social. Vivendo em período de rápida evolução social, os jovens e a gente de meia-idade tendem a impressionar-se apenas com as deficiências que o sistema de tutela dos economicamente fracos ainda apresenta. Se comparassem o presente com o passado ainda próximo, concluiriam que o avanço do desenvolvimento social assume hoje proporções que até bem pouco, em termos históricos, ninguém julgaria possíveis.

Prosegue essa vasta campanha tutelar em meio às tremendas dificuldades da hora atual. Estamos como que num oceano de crises, que não são só nossas, mas universais. Crise moral, crise das concepções do mundo, crise das ideologias, crise política, crise científica, crise da família, crise urbana, crise rural, crise de certezas, tradicionais ou modernas.

Por mais sensível e premente, por impor sua incômoda presença, a cada passo, na rotina de cada um, qualquer que seja a sua condição social, avulta, nesse quadro perturbador, a crise econômica.

Universal com as demais, a crise econômica tem causas que escapam à nossa jurisdição. Encontra limites invencíveis, desse modo, o combate que aqui se trava para enfrentar os problemas econômicos, angustiantes para todas as categorias da produção, e angustiantes

também para o Governo, que sofre no mais alto grau os efeitos da conjuntura econômica.

Todos querem segurança econômica. Todos entendem que responsáveis por ela são apenas os governantes. O certo é, porém, que essa responsabilidade recai, também, sobre largos segmentos da sociedade. Responsáveis são, por exemplo, os governados, não o Governo, pela explosão demográfica, que em dezoito anos aumentou a nossa população de quase cinquenta milhões de habitantes, responsável é também parte da incontidência dos que, quebrando princípios morais, não refreiam sua fome de lucro.

Os problemas econômicos, sociais e políticos já eram da maior complexidade quando assumi a Presidência da República. Argumenta-se hoje, como então se argumentava, que a gravidade da situação não condiz com a abertura política. Embora consciente das dificuldades que encontraria para implantar o meu projeto político, não tive dúvida de seguir, com firmeza, a orientação que me propusera.

Queria e quero a democracia, no seu estilo liberal. Não acredito que, bem e lealmente praticada, a democracia, como sustentam muitos, seja ingovernável. Nem penso que a administração da democracia seja tão difícil quanto se propala. Difícil de administrar não é a democracia. Difícil de administrar é a demagogia, que a falsifica, perverte e degenera.

A democracia ensina que cumpre tolerar os intolerantes. Não ensina, porém, que a intolerância possa ser usada para contestar a legitimidade das instituições. A democracia deseja e garante o debate. Condena, no entanto, os que assentam suas razões na propositada falsificação dos fatos, tal como estão fazendo, criminosamente e impatrioticamente, os revanchistas e demagogos, assim

como desestima aqueles que, desprezando os valores morais, se colocam acima do bem e do mal, a democracia reprova os pregadores de verdades que não têm apoio nos fatos, os pregadores de verdades somente deles, os apóstolos da demagogia.

A Escola Democrática — que é a minha, que é a do meu Governo — empenha-se na melhoria das condições de vida dos menos afortunados, bem como na eliminação da pobreza absoluta. Esse programa de ação obedece, acima de tudo, a indeclinável imperativo ético. Os demagogos, porém, que falam forte, como fazem, segundo se diz, os que não possuem idéias a exprimir — os demagogos, repito, vêm nas dificuldades e na pobreza, mero instrumento de chantagem política.

Conto que a sabedoria popular não se deixará enganar pelos arautos do nada. Confio em que a opinião pública fará justiça ao trabalho que venho desenvolvendo para enfrentar a grave e perigosa crise que se projeta sobre o Mundo. Estou certo de que o povo, surdo às maquinações dos contestadores e dos maldizentes, não faltará à confiança que nele deposito.

Governantes e Governados, somos todos responsáveis pelo destino do País. O futuro da Nação não pode ficar entregue à trama dos radicais de esquerda e de seus comparsas, ao patrulhamento ideológico instigado por ambições estranhas ao que é autenticamente brasileiro.

Tarefa comum, a modernização da nossa sociedade, a superação dos problemas que nos atormentam, a construção do porvir — tudo isso exige cooperação dos que, de espírito desarmado, estão comprometidos somente com o interesse público. Aos homens de boa-vontade, aos limpos de coração, cabe contribuir, com seu trabalho, com seu desprendimento, com sua perspicácia crítica, com sua participação lúcida e ativa na vida política,

para a felicidade geral. Jovens e adultos, trabalhadores e donas-de-casa, intelectuais e líderes religiosos, cientistas e educadores, estudantes e artistas, empresários e técnicos, funcionários e agricultores, aposentados e pensionistas, homens e mulheres de todas as idades — a todos dirijo o meu apelo para que, ajudando-me, ajudem a si próprios e ajudem o Brasil a modelar, sob a inspiração da justiça, a sociedade com que todos sonhamos.

Boa noite.